



ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS PARA A GESTÃO SUSTENTÁVEL DE RESÍDUOS DO GRANDE
PORTO

DIVISÃO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA

CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICIDADE INTERNACIONAL PARA A AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE
VIAGENS, TRANSPORTES E ALOJAMENTOS

PROC. N.º 1025000565/2025

PROGRAMA DO PROCEDIMENTO

Índice

SECÇÃO I – DISPOSIÇÕES GERAIS	4
Artigo 1.º Objeto do Procedimento	4
Artigo 2.º Entidade Adjudicante	4
Artigo 3.º Decisão de Contratar	4
Artigo 4.º Fundamentação da escolha do procedimento.	4
Artigo 5.º Adjudicação por Lotes.....	4
Artigo 6.º Júri do Procedimento	5
Artigo 7.º Concorrentes.....	5
Artigo 8.º Agrupamentos	5
SECÇÃO II – PEÇAS DO PROCEDIMENTO	6
Artigo 9.º Consulta e disponibilização das peças do procedimento	6
Artigo 10.º Visitas Técnicas.....	7
Artigo 11.º Esclarecimentos e retificações das peças do procedimento.....	7
Artigo 12.º Prorrogação do prazo fixado para apresentação das propostas.....	8
SECÇÃO III – APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA	8
Artigo 13.º Proposta.....	8
Artigo 14.º Documentos da proposta.....	8
Artigo 15.º Idioma dos documentos da proposta	9
Artigo 16.º Propostas variantes.....	9
Artigo 17.º Negociação.....	9
Artigo 18.º Prazo para a apresentação da proposta.....	10
Artigo 19.º Modo de apresentação das propostas.....	10
Artigo 20.º Prazo de manutenção da proposta.	11
SECÇÃO IV – ANÁLISE DAS PROPOSTAS	11
Artigo 21.º Abertura das Propostas e Lista de Concorrentes	11
Artigo 22.º Esclarecimentos sobre a proposta	11
Artigo 23.º Análise e Exclusão das Propostas.....	12
Artigo 24.º Critério de Adjudicação.....	12
Artigo 25.º Relatório Preliminar	13
Artigo 26.º Audiência Prévia.....	13
Artigo 27.º Relatório Final	13
SECÇÃO V – ADJUDICAÇÃO	13

Artigo 28.º Notificação da Adjudicação.....	13
Artigo 29.º Documentos de Habilitação.....	14
Artigo 30.º Causas de Não Adjudicação e Revogação da Decisão de Contratar	15
Artigo 31.º Falsidade de Documentos e Declarações.....	15
Artigo 32.º Caução.....	15
SECÇÃO VI– CONTRATO	16
Artigo 33.º Minuta do Contrato	16
Artigo 34.º Reclamações contra a Minuta do Contrato	16
Artigo 35.º Outorga do Contrato	17
SECÇÃO VII– DISPOSIÇÕES FINAIS	17
Artigo 36.º Proteção de Dados na Contratação Pública	17
Artigo 37.º Despesas e Encargos	18
Artigo 38.º Legislação Aplicável	18
Anexo I Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP/ESPD)	19
Anexo II Modelo de declaração a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP. 20	
Anexo III Modelo de Proposta de Preço	21
Anexo IV Modelos de Caução	22
Anexo V Modelo de declaração relativa a trabalhadores imigrantes	25
Anexo VI Declaração de cumprimento do artigo 419.º-A do CCP.....	26
Anexo VII Anúncios Diário da República e Jornal Oficial da União Europeia	27

SECÇÃO I – DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1.º

Objeto do Procedimento

1. O presente procedimento tem por objeto a “Aquisição de Serviços de Viagens, Transportes, Alojamento e serviços complementares”, nos termos e condições constantes do caderno de encargos.

2. De acordo com o Regulamento (CE) n.º 213/2008, da Comissão, de 28 de novembro de 2007, o objeto do presente procedimento enquadra-se no CPV: 63510000-7 – Serviços de Agências de Viagens e Serviços Similares.

Artigo 2.º

Entidade Adjudicante

1. A entidade pública adjudicante é a LIPOR - Associação de Municípios para a Gestão Sustentável de Resíduos do Grande Porto, adiante designada por LIPOR, com sede em Baguim do Monte, Apartado 1510, 4435-996 Baguim do Monte, pessoa coletiva n.º 501.394.192, com o telefone n.º 229770100, com o fax n.º 229756038 e com o endereço eletrónico info@lipor.pt.

2. O presente procedimento será conduzido pela sua Divisão de Contratação Pública, com o endereço de correio eletrónico contratacaodcp@lipor.pt, e tramitado em plataforma eletrónica de contratação pública “*acinGov*”.

Artigo 3.º

Decisão de Contratar

As decisões de contratar e de autorização da despesa foram tomadas pelo órgão competente, o Conselho de Administração da LIPOR, na sua reunião do dia 23 de junho de 2025 em cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 36.º do CCP.

Artigo 4.º

Fundamentação da escolha do procedimento.

O procedimento escolhido é o Concurso Público, com publicidade internacional, com o fundamento na alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º, todos do Código dos Contratos Públicos (doravante CCP), bem assim pelo facto de a Entidade Adjudicante não dispor de recursos próprios para a satisfação da necessidade pública em causa.

Artigo 5.º

Adjudicação por Lotes

A aquisição de serviços objeto do contrato não prevê a contratação por lotes fundamentada pelo facto de o reduzido número de operadores económicos presentes no mercado, enquanto potenciais interessados no procedimento de formação do contrato, poder originar uma diminuição significativa da concorrência. A divisão do objeto contratual em lotes poderá, neste contexto, comprometer a viabilidade de uma adjudicação efetiva a distintos concorrentes, potenciando a ausência de propostas para determinados lotes ou, em alternativa, a prática de conluio entre operadores económicos, visando a repartição artificial do mercado mediante a prévia delimitação dos lotes a que se propõem concorrer.

Artigo 6.º

Júri do Procedimento

1. O Júri do Procedimento é composto por 3 (três) membros efetivos e 2 (dois) suplentes, designados por deliberação do órgão competente para a decisão de contratar.
2. Para além das competências previstas no n.º 2 do artigo 69.º e do artigo 109.º do CCP, no âmbito do presente procedimento, ao Júri do Procedimento compete:
 - a) Prestar os esclarecimentos solicitados pelos Interessados ao abrigo do disposto no artigo 50.º do CCP;
 - b) Decidir sobre a classificação de documentos, requerida pelos Interessados ao abrigo do disposto no artigo 66.º do CCP;
 - c) Proceder à apreciação dos pedidos de prorrogação do prazo para apresentação de propostas, no âmbito do artigo 64.º do CCP;
 - d) Proceder à apreciação dos pedidos de prorrogação do prazo para apresentação dos documentos de habilitação, no âmbito do artigo 85.º do CCP.
3. O Júri exercerá, ainda, as competências que lhe possam a vir ser delegadas pelo órgão competente para a decisão de contratar, sem prejuízo da possibilidade de avocação das mesmas.
4. Em cumprimento ao estabelecido no artigo 67.º, n.º 5 do CCP, o Júri subscreveu a declaração de inexistência de conflitos de interesse.

Artigo 7.º

Concorrentes

1. Podem apresentar propostas no âmbito do presente procedimento todas as pessoas, singulares ou coletivas, que não se encontrem em nenhuma situação de impedimento, nos termos e para os efeitos do artigo 55.º do CCP.
2. A ocorrência de qualquer dos impedimentos previstos no artigo 55.º do CCP implica a imediata exclusão do concorrente, sem prejuízo do estipulado no artigo 55.º-A do mesmo Código.
3. Os concorrentes nacionais de Estados Membros da União Europeia ou neles estabelecidos e das Partes Contratantes do Acordo do Espaço Económico Europeu e da Organização Mundial do Comércio podem concorrer em situação de igualdade com os nacionais, nos termos previstos nos respetivos acordos.
4. Os concorrentes referidos no número anterior devem apresentar os mesmos documentos que são exigidos aos concorrentes nacionais, os quais, quando for caso disso, são emitidos pelas autoridades competentes do país de origem.
5. No caso de na ordem jurídica do país de origem do concorrente não existir documento idêntico ao especialmente requerido, pode o mesmo ser substituído por declaração sob compromisso de honra, feita pelo concorrente perante uma autoridade judiciária ou administrativa, notário ou outra autoridade competente do país de origem.

Artigo 8.º

Agrupamentos

1. Nos termos do artigo 54.º do CCP, podem ser concorrentes agrupamentos de pessoas singulares ou coletivas, sem que entre as mesmas exista qualquer modalidade jurídica de associação, desde que todas as entidades do agrupamento cumpram os requisitos legais exigidos para efeitos do presente procedimento.
2. Os membros de um agrupamento concorrente não podem ser concorrentes isolados neste procedimento, nem integrar outro agrupamento concorrente.

3. Nas propostas apresentadas por um agrupamento, os documentos que a compõem devem ser assinados pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos aos documentos da proposta, os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos membros, ou, não existindo representante comum, deve a proposta e todos os seus documentos ser assinados por todos membros do agrupamento ou respetivos representantes.

4. Sem prejuízo da constituição jurídica dos agrupamentos não ser exigida no momento da apresentação da Proposta, todos os membros do agrupamento, e apenas estes, obrigam-se, em caso de adjudicação, a assumir, nos termos do Decreto-Lei n.º 231/81, de 28 de julho, a forma de agrupamento complementar de empresa ou de consórcio externo, em regime de responsabilidade solidária, com vista à celebração do contrato objeto do presente procedimento, devendo, se optarem pela constituição de consórcio externo, as entidades que compõem o agrupamento concorrente indicar o chefe do consórcio e conferir-lhe, no mesmo ato, e por procuração, os poderes a que se referem as alíneas do n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 231/81, de 28 de julho, e ainda os poderes especiais para receber da LIPOR, e dela dar quitação, de quaisquer quantias que devam ser pagas às consorciadas em execução do contrato que eventualmente venha a ser celebrado.

5. As entidades que compõem o agrupamento devem designar um representante comum para praticar quaisquer atos respeitantes ao presente procedimento, incluindo a assinatura da proposta, devendo, para o efeito, entregar instrumentos de mandato emitidos para cada uma das entidades que o compõem, não existindo representante comum, a proposta deve ser assinada por todos os membros e respetivos representantes.

6. O agrupamento deve fornecer à entidade adjudicante indicação clara da modalidade de associação escolhida e da participação qualitativa e quantitativa de cada empresa constituinte, assumindo igualmente que possui as condições legais adequadas ao exercício de atividade compatível com o objeto do Procedimento.

7. Todos os membros do agrupamento são individual e solidariamente responsáveis, perante a Entidade Adjudicante, pela manutenção da sua proposta.

8. Não é permitida a alteração na composição do agrupamento de empresas, salvo autorização da entidade adjudicante, seja por substituição, entrada ou saída de qualquer membro, sob pena de exclusão do concurso;

9. A insolvência de qualquer das empresas integrantes de agrupamento concorrente, ou a pendência do respetivo processo, acarreta a imediata exclusão do concurso, seja qual for a fase em que o procedimento se encontre, salvo quando se encontrarem abrangidas por um plano de recuperação de empresas, judicial ou extrajudicial, previsto na lei, sem prejuízo da responsabilidade solidária das restantes empresas do agrupamento pelos prejuízos causados à Entidade Adjudicante. O mesmo regime aplica-se à dissolução ou inabilitação judicial do exercício da atividade social de qualquer das empresas do agrupamento.

10. A verificação de qualquer dos impedimentos previstos no artigo 55.º do CCP por parte de qualquer uma das entidades que o compõem o agrupamento impede a admissão a concurso do agrupamento concorrente ou determina a sua exclusão.

SECÇÃO II – PEÇAS DO PROCEDIMENTO

Artigo 9.º

Consulta e disponibilização das peças do procedimento

1. As peças do procedimento são disponibilizadas em Plataforma Eletrónica de Contratação, em área de acesso livre, e de forma completa e gratuita, desde o dia da publicação do anúncio do

procedimento no Diário da República e no Jornal Oficial da União Europeia.

2. Para ter acesso à Plataforma Eletrónica de Contratação, cada interessado deverá efetuar o registo no endereço eletrónico <http://www.acingov.pt>, sendo este registo gratuito, nos termos dos n.os 2 e 3 do artigo 23.º e n.º 3 do artigo 28.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.

3. Quando, por qualquer motivo, as peças do procedimento não tiverem sido disponibilizadas, nos termos do disposto do n.º 1, o prazo fixado para a apresentação das propostas deve ser prorrogado, oficiosamente ou a pedido do interessado, no mínimo, por período equivalente ao do atraso verificado.

4. Nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 32.º da Lei n.º 96/2015 de 17/08, a entidade adjudicante e a empresa gestora da plataforma «acinGov» apenas respondem pelos impedimentos de ordem técnica no acesso à plataforma eletrónica que lhes sejam imputáveis, que sejam imputáveis ao sistema em que a plataforma opera, ou à própria plataforma.

Artigo 10.º

Visitas Técnicas

1. Até ao termo do primeiro terço do prazo para a apresentação das propostas, os interessados poderão visitar os locais onde decorrerá a prestação de serviços, podendo neste realizar, e sempre às suas expensas, os reconhecimentos e exames que entenderem indispensáveis à correta elaboração das suas propostas, sem que de tal possa decorrer qualquer distúrbio ao normal funcionamento dos serviços aí existentes e em atividade.

2. Para cumprimento do previsto no n.º 1, os interessados deverão solicitar o agendamento das visitas através da plataforma eletrónica de contratação em uso, indicando a data e hora pretendida, a identificação das pessoas que irão realizar a visita, bem como a indicação clara dos locais a visitar, devendo fazê-lo com uma antecedência mínima de 2 dias úteis face à data pretendida, sendo que a resposta ao solicitado será dada até ao dia útil anterior à data pretendida.

Artigo 11.º

Esclarecimentos e retificações das peças do procedimento

1. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento devem ser solicitados pelos interessados, por escrito, no primeiro terço do prazo fixado para a apresentação da proposta, através da plataforma eletrónica de contratação pública.

2. No prazo referido no número anterior, as entidades convidadas devem apresentar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e omissões das peças do procedimento por si detetados, designadamente, no que respeita aos elementos referidos nas alíneas do n.º 2 do artigo 50.º CCP.

3. O incumprimento do dever de identificar erros e omissões a que se referem o número 2 tem a consequência prevista no n.º 3 do artigo 378.º do CCP.

4. Os esclarecimentos, a que se refere o número anterior são prestados por escrito, pelo Júri do Procedimento, nomeado para o efeito, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação da proposta [ou até ao dia anterior ao termo do prazo para apresentação das propostas], através da plataforma eletrónica de contratação.

5. O órgão competente para a decisão de contratar, pronuncia-se sobre os erros e omissões identificados pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que, até ao termo do prazo fixado no número anterior, não sejam por ele expressamente aceites.

6. Os esclarecimentos e retificações fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre esta em caso de divergência. Os esclarecimentos, as retificações e as listas com a identificação dos erros e omissões detetados pelos interessados

devem ser disponibilizados na plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante e juntos às peças do procedimento que se encontrem patentes para consulta, devendo todos os interessados que as tenham obtido ser imediatamente notificados desse facto.

7. Independentemente do disposto nos números anteriores, o órgão competente para a decisão de contratar pode, oficiosamente, prestar esclarecimentos e proceder à retificação de erros e omissões das peças do mesmo procedimento, no mesmo prazo referido no n.º 4, ou até ao final do prazo de entrega das propostas, devendo, neste caso, atender-se ao disposto no artigo 64.º do CCP.

Artigo 12.º

Prorrogação do prazo fixado para apresentação das propostas

1. Quando as retificações ou os esclarecimentos previstos no artigo 50.º do CCP, sejam comunicados para além do prazo estabelecido para o efeito, o prazo fixado para a apresentação das propostas deve ser prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao do atraso verificado

2. Quando as retificações ou a aceitação de erros ou de omissões das peças do procedimento referidas no artigo 50.º do CCP, independentemente do momento da sua comunicação, implicarem alterações de aspetos fundamentais das peças do procedimento, o prazo fixado para a apresentação das propostas deve ser prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao tempo decorrido desde o início daquele prazo até à comunicação das retificações ou à publicação da decisão de aceitação de erros ou de omissões.

3. A pedido fundamentado de qualquer interessado que tenha adquirido as peças do procedimento, o prazo fixado para a apresentação das propostas pode ser prorrogado pelo período considerado adequado, o qual aproveita a todos os interessados.

4. As decisões de prorrogação nos termos do disposto nos números anteriores cabem ao órgão competente para a decisão de contratar, competência que foi delegada no júri do procedimento, devendo tais decisões ser juntas às peças do procedimento e notificadas a todos os interessados que as tenham adquirido, publicando-se imediatamente aviso daquelas decisões.

SECÇÃO III – APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA

Artigo 13.º

Proposta

1. Na proposta, os Concorrentes manifestam a sua vontade de celebrar o contrato, bem como os termos pelos quais se dispõe a fazê-lo.

2. As propostas apresentadas devem respeitar as características e condições previstas nas Especificações Técnicas constantes do Caderno de Encargos, sob pena de exclusão.

3. Quaisquer encargos relativos à elaboração da proposta, incluindo estudos, testes, disponibilização de amostras ou outras atividades com elas conexas, são suportados pela entidade convidada.

Artigo 14.º

Documentos da proposta

1. As propostas devem nos termos do disposto no artigo 57º do CCP, ser constituídas pelos seguintes documentos:

- a) Documento Europeu Único de Contratação Pública, em cumprimento do estipulado no n.º 6 do artigo do artigo 57.º do CCP elaborada de acordo com o Anexo I ao presente Programa do Procedimento;
 - b) Declaração com indicação do preço, elaborada de acordo com o Anexo III ao presente Programa do Procedimento;
 - c) Proposta Comercial com a indicação da margem de lucro a praticar, em cada serviço, pelo concorrente e o desconto a ser aplicado sobre esse mesmo valor;
 - d) Certificado de Acreditação próprio e individualizado pela International Air Transport Association (IATA);
 - e) Evidência de acesso a um Sistema de Distribuição Global (GDS – Global Distribution System);
 - f) Nota justificativa de preço anormalmente baixo, se aplicável;
 - g) Declaração de cumprimento do disposto no artigo 419.º-A, em conformidade com o Anexo VI ao presente Programa de Concurso;
 - h) Certidão de Registo Comercial, ou Procuração, ou Instrumento de Mandato ou, comprovativo dos poderes de quem assina os documentos da proposta.
 - i) Outros elementos que se considerem indispensáveis à clarificação dos atributos da proposta.
2. Os Concorrentes poderão apresentar outros elementos que considere de interesse e não estejam em contradição com o estipulado nas peças do procedimento.

Artigo 15.º

Idioma dos documentos da proposta

1. Os documentos que constituem a proposta devem ser redigidos em língua portuguesa, sem emendas ou rasuras.
2. Sempre que os documentos que integrem a proposta sejam redigidos em língua estrangeira devem ser acompanhados de tradução devidamente legalizada e em relação à qual o concorrente declara aceitar a sua prevalência, para todos os efeitos, sobre os respetivos originais.
3. As traduções deverão ser apresentadas por entidades comprovadamente certificadas e reconhecidas como tal, sob pena de exclusão quando não se utilizar a certificação de traduções, requisitos e entidades legalmente habilitadas, nos termos do Código do Notariado e ainda com o que derive de demais legislação, nos termos do Decreto-Lei n.º 244/92 de 29 de outubro.
4. Os concorrentes devem referir nas suas propostas as denominações e especificações (técnicas e comerciais) dos produtos em língua portuguesa, e o mesmo se exige para as eventuais guias ou faturas.

Artigo 16.º

Propostas variantes

Não são admitidas propostas variantes ou condicionadas, nos termos do n.º 7 do artigo 59.º do CCP.

Artigo 17.º

Negociação

As propostas apresentadas não serão objeto de negociação.

Artigo 18.º

Prazo para a apresentação da proposta

1. A proposta deve ser apresentada até às 18h00 do 33º dia a contar da data do envio para publicação em Diário da República e no Jornal Oficial da União Europeia.
2. Nos termos do n.º 3 do artigo 470.º do CCP, o prazo fixado para apresentação das propostas é contínuo, não se suspendendo nos sábados, domingos e feriados.
3. Em caso de qualquer dificuldade para aceder e utilizar a Plataforma Eletrónica de Contratação, o concorrente deverá contactar o Serviço de Apoio Técnico através do n.º 707 451 451, disponível nos dias úteis das 9h às 19h ou através do endereço de correio eletrónico apoio@acingov.pt.
4. Sem prejuízo do apoio técnico prestado pela entidade gestora da Plataforma Eletrónica de Contratação, nos termos no número anterior, quaisquer circunstâncias que, não sendo imputáveis ao concorrente, impossibilitem ou tornem excessivamente demorada a submissão da proposta na Plataforma Eletrónica de Contratação, devem ser comunicadas à Entidade Adjudicante, para os efeitos previstos no n.º 2 do artigo 32.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, com a antecedência mínima de duas horas antes do termo do prazo de apresentação das propostas, acompanhadas da devida prova, para o endereço eletrónico concursopublico@lipor.pt, sob pena de não ser exequível a tomada das medidas necessárias a fim de os interessados ou concorrentes não serem prejudicados.

Artigo 19.º

Modo de apresentação das propostas.

1. Nos termos do artigo 62º, n.º 1 do Código dos Contratos Públicos, a apresentação da proposta e dos documentos que a acompanham, deverá ser realizada exclusivamente através da plataforma eletrónica de contratação pública disponível em www.acingov.pt.
2. As propostas, assim como todos os documentos submetidos na plataforma eletrónica “acinGov”, devem ser assinados com recurso a certificados qualificados de assinatura eletrónica dos concorrentes ou dos seus representantes, nos termos do disposto no artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto
3. Nos casos em que o certificado digital utilizado não possa relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura, devem os concorrentes dar cumprimento ao previsto no n.º 7 do artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, submetendo na Plataforma Eletrónica de Contratação um documento eletrónico oficial, indicando o poder de representação e a assinatura do assinante.
4. A receção das propostas é registada com referência às respetivas data e hora, sendo anexado à proposta do concorrente um recibo eletrónico comprovativo dessa receção, nos termos do n.º 5 do artigo 66.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
5. Para efeitos de determinação da data e hora referidas no número anterior, ter-se-á em consideração o momento em que o concorrente procede à submissão da totalidade dos documentos que as integram.
6. Quando pela sua própria natureza, qualquer documento dos que constituam as propostas não possa, comprovadamente, ser apresentado nos termos do disposto no n.º 1, deve o mesmo ser encerrado em invólucro opaco e fechado no rosto do qual se deve indicar a designação do procedimento e da Entidade Adjudicante.
7. Os documentos apresentados nos termos do número anterior devem ser entregues diretamente ou enviados por correio registado à Entidade Adjudicante, devendo, em qualquer caso, a respetiva receção ocorrer dentro do prazo fixado para a apresentação das propostas.

8. A receção dos documentos apresentados nos termos dos números 6 e 7 será registada por referência à respetiva data e hora em que os mesmos são recebidos.

Artigo 20.º

Prazo de manutenção da proposta.

O concorrente fica obrigado a manter a sua Proposta durante um período de 90 (noventa) dias contados da data-limite para a sua entrega, considerando-se este prazo prorrogado por iguais períodos se aquele nada requerer em contrário.

SECÇÃO IV— ANÁLISE DAS PROPOSTAS

Artigo 21.º

Abertura das Propostas e Lista de Concorrentes

1. O Júri do procedimento, no dia útil seguinte ao termo do prazo para apresentação das propostas, procede à sua abertura e à publicitação da lista de concorrentes, na plataforma eletrónica de contratação pública.
2. Os concorrentes incluídos na lista referida no número anterior podem aceder à sua consulta na plataforma eletrónica.
3. O(s) interessado(s) que não tenha(m) sido incluído(s) na lista de concorrentes, pode(m) reclamar desse facto, no prazo de três dias úteis contados da publicitação da lista, através da plataforma eletrónica, devendo para esse efeito apresentar o comprovativo da apresentação tempestiva da sua proposta.
4. Caso a reclamação prevista no número anterior seja deferida, mas não se encontre a proposta do reclamante, o júri fixa-lhe um novo prazo para a apresentar.

Artigo 22.º

Esclarecimentos sobre a proposta

1. O Júri do procedimento pode pedir aos concorrentes quaisquer esclarecimentos sobre as propostas apresentadas que considere necessários para efeito da sua análise e avaliação.
2. Os esclarecimentos prestados pelos respetivos concorrentes fazem parte integrante das mesmas, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que as constituem, não alterem ou completem os respetivos atributos, nem visem suprir omissões que determinam a sua exclusão nos termos do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 70.º do CCP.
3. Nos termos do n.º 3 do artigo 72.º do CCP, o júri deve solicitar aos concorrentes que, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, procedam ao suprimento das irregularidades das suas propostas, causadas por preterição de formalidades não essenciais e que careçam de suprimento, incluindo a apresentação de documentos que se limitem a comprovar factos ou qualidades anteriores à data de apresentação da proposta, e desde que tal suprimento não afete a concorrência e a igualdade de tratamento.
4. Os pedidos do júri formulados nos termos dos n.ºs 1 e 3, bem como as respetivas respostas, devem ser disponibilizados em plataforma eletrónica utilizada no procedimento, devendo todos os concorrentes ser imediatamente notificados desse facto.

Artigo 23.º

Análise e Exclusão das Propostas

1. As propostas são analisadas em todos os seus atributos, representados pelos fatores e subfactores que densificam o critério de adjudicação, e termos ou condições.
2. Na análise das propostas será verificada a existência de algum dos pressupostos de exclusão previstos no n.º 2 do artigo 70.º e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 146.º do CCP.
3. Serão excluídas todas as propostas que não obedeçam aos termos e condições definidos no Caderno de Encargos.

Artigo 24.º

Critério de Adjudicação

1. A **adjudicação** será efetuada ao Concorrente que apresente a proposta economicamente mais vantajosa, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP, na **modalidade de monofator**, tendo em conta o seguinte modelo de avaliação de propostas:

$$R(\%) = VML \cdot (1 - VD)$$

Sendo que:

R (%) – Resultado obtido;

VML – Valor da Margem de Lucro (em Percentagem), aplicada sobre cada reserva não podendo exceder o valor de 10%;

VD – Valor do Desconto (em Percentagem), aplicado sobre a Margem de Lucro indicada (*VML*) não podendo ser inferior a 10%;

Nota:

A adjudicação será realizada ao concorrente que obtenha o coeficiente mais baixo no determinado fator *R(%)*- Resultado Obtido, através da aplicação da fórmula $R(\%) = VML \cdot (1 - VD)$.

Os cálculos matemáticos implicados nas operações de avaliação das propostas serão efetuados sempre considerando duas casas decimais, sem arredondamentos.

Para demonstração do valor da margem de lucro aplicada durante a vigência do contrato será obrigatório, para cada reserva, o envio de uma evidência documental independente que permita verificar a veracidade do custo incorrido pelo adjudicatário antes da aplicação da sua margem de lucro.

2. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, são utilizados como critério de desempate, sucessivamente e pela ordem indicada:
 - a) Valor da margem de lucro, sendo considerado para desempate o concorrente que apresente a menor margem de lucro (MDL).
 - b) Em caso de empate no valor total das propostas apresentadas, a proposta vencedora é apurada através de sorteio presencial, nos termos e na data, hora e local a definir pelo júri, os quais serão notificados aos concorrentes com uma antecedência mínima de três dias.
3. Ao abrigo do disposto no Artigo 71.º do CCP, considera-se que o preço total de uma proposta é considerado anormalmente baixo se o se o resultado obtido em *R(%)* for inferior a 4%.

4. A definição do preço anormalmente baixo é justificada pela necessidade de assegurar o eficaz cumprimento da obrigação em causa, sem pôr em causa a qualidade do serviço prestado, pelo que, abaixo daquele limiar poderá estar em causa o nível de qualidade necessário à execução da prestação de serviços.

Artigo 25.º

Relatório Preliminar

1. Após a análise das propostas, o Júri elabora fundamentadamente um relatório preliminar, nos termos do artigo 146.º do CCP, no qual deve propor a ordenação das mesmas, com base no critério de adjudicação definido no presente Programa de Concurso, e que será disponibilizado através da plataforma eletrónica supracitada.

2. No relatório preliminar a que se refere o número anterior deve o Júri também propor, fundamentadamente, a exclusão das propostas ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 146.º do CCP, bem como, das propostas cuja análise revele o incumprimento dos requisitos discriminados no n.º 2 do artigo 70 do CCP.

3. Do relatório preliminar deve ainda constar referência aos esclarecimentos prestados pelos concorrentes nos termos do artigo 72.º do CCP.

Artigo 26.º

Audiência Prévia

Elaborado o relatório preliminar, o mesmo será enviado pelo Júri do procedimento a todos os concorrentes, fixando-lhes um prazo de 5 (cinco) dias úteis para, querendo, se pronunciarem por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia, salvo se tiver sido apresentada uma única proposta, aplicando-se, nesse caso, o disposto no artigo 125.º do CCP.

Artigo 27.º

Relatório Final

1. Cumprido o disposto no artigo anterior, o Júri elaborará um relatório final fundamentado, no qual analisa as observações dos concorrentes efetuadas ao abrigo do direito de audiência prévia, podendo manter ou modificar o teor e as conclusões do relatório preliminar e ainda propor a exclusão de qualquer proposta, se verificar, nesta fase, a ocorrência de qualquer dos motivos previstos no n.º 2 do artigo 146.º do CCP.

2. Quando do relatório final resulte uma alteração da ordenação das propostas constantes do relatório preliminar, o júri procederá a nova audiência prévia, nos termos previstos no n.º 2 do artigo 148.º do CCP.

3. O relatório final, juntamente com os demais documentos que constituem o processo, é enviado ao órgão competente para a decisão de contratar, cabendo a este a decisão de contratar e decidir sobre a aprovação de todas as propostas contidas no relatório final, nomeadamente para efeitos de adjudicação.

SECÇÃO V— ADJUDICAÇÃO

Artigo 28.º

Notificação da Adjudicação

1. A decisão de adjudicação é notificada em simultâneo a todos os concorrentes, através da plataforma eletrónica, acompanhada do relatório final de análise de propostas.

2. Juntamente com a notificação da adjudicação, o órgão competente para a decisão de contratar deve notificar o adjudicatário para:

- a) Apresentar os documentos de habilitação exigidos nos termos do disposto no artigo seguinte e no artigo 81.º do CCP;
- b) Prestar caução, indicando expressamente o seu valor, se aplicável;
- c) Confirmar, no prazo para o efeito fixado, se for o caso, os compromissos assumidos por terceiras entidades relativos a atributos ou a termos ou condições da proposta adjudicada;
- d) Se pronunciar sobre a minuta de contrato;
- e) Confirmar, no prazo para o efeito fixado, se for o caso, a constituição do agrupamento, de acordo com os requisitos fixados nas peças do procedimento e os termos da proposta adjudicada.

Artigo 29.º

Documentos de Habilitação

1. O Adjudicatário deve apresentar, através da plataforma eletrónica, no prazo de 10 (dez) dias a contar da notificação da decisão de adjudicação, os seguintes documentos de habilitação:

- a. Declaração emitida conforme modelo constante do Anexo II ao presente Programa do Procedimento;
- b. Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do CCP:
 - i. Registo Criminal com a indicação do fim a que se destina – Contratação Pública (no caso de se tratar de pessoas coletivas da própria pessoa coletiva e dos titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções, bem como da entidade), que comprove que o adjudicatário não incorre nos impedimentos indicados nas alíneas b) e h) do artigo 55.º do CCP.
 - ii. Cópia do documento comprovativo em como se encontra com a situação regularizada relativamente a dívidas por contribuições para a Segurança Social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que seja nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
 - iii. Cópia do documento comprovativo em como se encontra com a situação regularizada relativamente a dívidas por impostos ao Estado Português ou, se for o caso, no Estado de que seja nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
- c. Declaração sob compromisso de honra, assinada pelo representante da empresa, que mencione o cumprimento das obrigações legais, relativamente a trabalhadores imigrantes eventualmente contratados, conforme Anexo V do Programa do Procedimento.
- d. Se aplicável, apresentar documento comprovativo no Regime Jurídico de Registo Central de Beneficiário Efetivo (RCBE), ou o respetivo código de acesso, que evidencie o cumprimento das obrigações declarativas previstas no Regime Jurídico do Registo Central do Beneficiário Efetivo, aprovado pela Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto, sob pena de, por força do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 37.º, ser proibida a celebração do contrato;
- e. Plano de prevenção de corrupção e de infrações conexas, salvo se o adjudicatário for uma pessoa singular ou uma micro, pequena ou média empresa, devidamente certificada nos termos da lei, nos casos em que o valor do Contrato determine a sua sujeição a

fiscalização prévia do Tribunal de Contratos, conforme o previsto no n.º 9 do artigo 81.º do CCP.

2. Tendo em atenção o disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto, o incumprimento das obrigações declarativas no Regime Jurídico do Registo Central do Beneficiário Efetivo, proíbe a celebração do contrato decorrente do presente procedimento, constituindo causa de caducidade de adjudicação por força do disposto no artigo 87-A do CCP.

3. Quando o adjudicatário for um agrupamento de pessoas singulares ou coletivas, os documentos de habilitação devem ser apresentados por todos os seus membros.

4. Todos os documentos de habilitação devem ser redigidos em língua portuguesa, ou acompanhados de tradução devidamente legalizada no caso de estarem, pela sua natureza ou origem, redigidos numa outra língua.

5. Quando os documentos de habilitação exigidos se encontrem disponíveis na internet, o Adjudicatário pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar o endereço do sítio onde os documentos possam ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta.

6. Sempre que se verifique um facto que determine a caducidade da adjudicação, o órgão competente para a decisão de contratar deve notificar o adjudicatário relativamente ao qual o facto ocorreu, fixando-lhe um prazo de 5 dias para que se pronuncie, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.

7. Quando as situações previstas no n.º 1 do artigo 86.º do CCP se verificarem por facto que não seja imputável ao adjudicatário, o órgão competente para a decisão de contratar deve conceder-lhe, em função das razões invocadas, um prazo adicional para a apresentação dos documentos em falta, sob pena de caducidade da adjudicação.

Artigo 30.º

Causas de Não Adjudicação e Revogação da Decisão de Contratar

1. Não há lugar a adjudicação quando se verificar alguma das situações plasmadas no artigo 79.º do CCP, aplicando-se, se for o caso, respetivamente, os n.ºs 3 e 4 do referido artigo.

2. A decisão de não adjudicação, bem como os respetivos fundamentos, é notificada a todos os Concorrentes, nos termos do n.º 2 do Artigo 79.º do CCP.

3. A decisão de não adjudicação referida nos números anteriores determina a revogação da decisão de contratar, nos termos do Artigo 80.º do CCP.

Artigo 31.º

Falsidade de Documentos e Declarações

Sem prejuízo da participação às entidades competentes para efeitos de procedimento criminal, a falsificação de quaisquer documentos de habilitação ou a prestação culposa de falsas declarações determina a caducidade da adjudicação, sendo aplicável o disposto no n.º 3 e 4 do artigo 86.º do CCP.

Artigo 32.º

Caução

1. Nos termos do n.º 1 do artigo 88.º do CCP, para garantia da celebração do contrato, bem como do exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais, deverá ser prestada, pelo Adjudicatário, uma caução no valor de 3% (três por cento) do preço contratual, salvo quando o preço total resultante da proposta adjudicada seja considerado como preço anormalmente baixo, caso em que o valor é de 10% do preço contratual.

2. Nos termos do artigo 90.º do CCP, o adjudicatário deve prestar a caução, no prazo de 10 (dez) dias a contar da notificação da decisão de adjudicação, devendo comprovar essa prestação junto da LIPOR no dia imediatamente subsequente, mediante apresentação do documento original, sendo da responsabilidade do Adjudicatário todas as despesas relativas à prestação da caução.

3. Para os efeitos previstos no número anterior, os modelos referentes à caução são os previstos no Anexo IV ao presente Programa do Procedimento, por um dos seguintes modos:

- a) depósito em dinheiro ou em títulos emitidos ou garantidos pelo Estado, efetuado em Portugal, em qualquer instituição de crédito, à ordem da LIPOR, devendo ser especificando o fim a que se destina, a garantia.
- b) garantia bancária, sendo obrigatório o reconhecimento na qualidade da(s) assinatura(s) do/a(s) representante(s) da entidade emitente;
- c) seguro-caução, sendo obrigatório o reconhecimento da(s) assinatura(s) do/a(s) representante(s) da entidade emitente.

4. Todas as despesas relativas à prestação da caução são da responsabilidade do Adjudicatário.

5. A liberação da caução será promovida pela Entidade Adjudicante 30 (trinta) dias após o cumprimento integral do objeto do presente Contrato, sem prejuízo dos condicionalismos indicados no artigo 295.º do CCP.

SECÇÃO VI— CONTRATO

Artigo 33.º

Minuta do Contrato

1. Aquando da notificação da adjudicação, quando houver redução a escrito do contrato, o Adjudicatário é igualmente notificado da minuta do contrato, qual se considera aceite quando haja aceitação expressa ou quando não haja reclamação nos cinco (cinco) dias subsequentes à respetiva notificação.

2. As bases do contrato a celebrar, objeto do presente procedimento, serão estabelecidas atendendo aos elementos incluídos no Programa de Concurso, caderno de encargos e aos apresentados pelo Adjudicatário, desde que aceites pela entidade adjudicante.

3. Consideram-se integrados no contrato, em tudo quanto por ele não for explícita ou implicitamente contrariado, todos os elementos patentes no presente procedimento e demais elementos definidos no caderno de encargos, como sendo parte integrante do contrato.

Artigo 34.º

Reclamações contra a Minuta do Contrato

1. As eventuais reclamações da minuta do contrato a celebrar só podem ter por fundamento a previsão de obrigações que contrariem ou que não constem dos documentos que integram o contrato nos termos do disposto no n.º 2 e 5 do artigo 96.º do CCP, ou ainda a recusa dos ajustamentos propostos.

2. No prazo de 10 (dez) dias a contar da decisão da reclamação, o órgão que aprova a minuta do contrato notifica o adjudicatário da sua decisão, equivalendo o silêncio à rejeição da reclamação.

3. Os ajustamentos ao contrato que tenham sido aceites pelo adjudicatário serão notificados a todos os concorrentes cujas propostas não tenham sido excluídas.

Artigo 35.º

Outorga do Contrato

1. A outorga do contrato deverá ter lugar no prazo de 30 (trinta) dias, após a aceitação da minuta pelo adjudicatário ou da decisão da reclamação, sem prejuízo do disposto no artigo 104.º do CCP.
2. A Entidade Adjudicante notifica, com a antecedência mínima de 3 (três) dias úteis, para que proceda à sua assinatura através de meios eletrónicos.
3. No caso do número anterior, a adjudicação caduca se o Adjudicatário não remeter o contrato devidamente assinado eletronicamente, no prazo estipulado, e não houver sido impedido de o fazer por motivo independente da sua vontade, devidamente justificado.
4. As despesas e encargos inerentes à celebração do contrato são da exclusiva responsabilidade da entidade adjudicatária.

SECÇÃO VII– DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 36.º

Proteção de Dados na Contratação Pública

1. Nos termos do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD), a LIPOR – Associação de Municípios para a Gestão Sustentável de Resíduos do Grande Porto, enquanto Entidade Adjudicante, é responsável pelo tratamento dos dados pessoais no âmbito do presente procedimento pré-contratual, relativamente aos dados referidos no número seguinte.
2. Os dados pessoais contidos nas propostas, nos documentos que as acompanhem e, bem assim, nas respostas aos pedidos de esclarecimentos, pronúncias e documentos de habilitação, entre outros não expressamente previstos nesta cláusula, apresentados ao abrigo do presente procedimento, cuja obrigação decorre diretamente do Código dos Contratos Públicos, serão tratados nos termos permitidos por lei e no âmbito de finalidades relacionadas com a tramitação do procedimento, sendo a Entidade Adjudicante alheia ao tratamento que lhes é dado pelos restantes operadores económicos participantes.
3. A Entidade Adjudicante poderá transmitir os dados pessoais a que se refere a presente cláusula aos seus colaboradores, prestadores de serviços e subcontratantes para o cumprimento das finalidades acima referidas e, bem assim, a autoridades judiciais, fiscais, regulatórias ou outras para o cumprimento de imposições legais ou regulamentares.
4. Consideram-se exatos e atualizados todos os dados pessoais constantes da proposta apresentada e, quando detidos por titulares de dados pessoais diversos da entidade subscritora da proposta, considera-se que esta entidade se encontra legitimada a transmiti-los, nos termos previstos no RGPD.
5. Para efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 70.º da Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, que aprova a Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas, os dados pessoais são conservados pelo prazo de 10 anos, contados a partir do encerramento do procedimento pré-contratual, salvo se, sendo necessários para comprovar o cumprimento de obrigações contratuais ou de outra natureza, conforme estabelece o n.º 3 do artigo 21.º da Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, enquanto não decorrer o prazo de prescrição dos direitos correspondentes.
6. Os titulares têm os seguintes direitos sobre os dados pessoais que lhes digam respeito:
 - a) A exercer perante o Responsável pelo Tratamento dos Dados Pessoais: Direito de Informação (artigo 13º e 14º, do RGPD), direito de Acesso (art. 15.º, do RGPD), direito

de Retificação (art. 16.º, do RGPD), direito de Apagamento dos dados (art. 17.º, do RGPD), direito à Limitação do tratamento (art. 18.º, do RGPD), direito de Portabilidade (art. 20.º, do RGPD); Direito de Oposição (art. 21.º, do RGPD) e direito de não ficar sujeito a Decisões Individuais Automatizadas (art. 22.º, do RGPD); Direito de retirar o consentimento, a qualquer momento, sem comprometer a licitude do tratamento efetuado com base no consentimento previamente dado; Direito ao conhecimento de uma violação de dados; e Direito a ter uma resposta do responsável pelo tratamento nos prazos legais, devendo, para tal, contactar-nos através do endereço de e-mail protecaodados@lipor.pt;

- b) A apresentar exposição escrita perante o Encarregado de Proteção de Dados, através dos seguintes endereços: Apartado 1510 – Baguim do Monte ou através do e-mail: DPO@lipor.pt;
- c) Direito de apresentar reclamação perante a autoridade de controlo, nomeadamente, Comissão Nacional de Proteção de Dados, através da página web www.cnpd.pt, ou por carta dirigida para a Av. D. Carlos I, 134, 1.º, 1200-651 Lisboa, e os contactos de Telef. 213 928 400, Fax 213 976 832, e-mail geral@cnpd.pt;
- d) A recorrer aos tribunais comuns.

Artigo 37.º

Despesas e Encargos

São encargos do concorrente as despesas inerentes à elaboração da proposta e as relacionadas com a celebração do contrato, caso a sua outorga não seja dispensada.

Artigo 38.º

Legislação Aplicável

Em tudo o que não se encontra especialmente regulado no presente Programa de Concurso, aplicar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos e demais legislação aplicável.

Anexo I

Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP/ESPD)

Utilizar o formulário-tipo do Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP), aprovado pelo Regulamento de Execução (EU) 2016/7 da Comissão, de 5 de janeiro de 2016.

O concorrente deverá completar o preenchimento do DEUCP pré-preenchido pela LIPOR, com as informações que lhe digam respeito, na área específica do Portal da Comissão Europeia, em <http://www.base.gov.pt/deucp/filter?lang=pt>, utilizando para o efeito o documento pré-preenchido disponibilizado (assim que seja publicado o respetivo anúncio no JOUE) e junto às peças do presente procedimento.

No caso de a proposta ser apresentada por um agrupamento, toda e cada entidade que o integre, deverá preencher um DEUCP.

No caso de o concorrente apresentar subcontratados na sua proposta também estes são obrigados a preencher um DEUCP.

O concorrente, para preenchimento e entrega do DEUCP, deverá selecionar as seguintes opções:

- a) “Sou um operador económico”;
- b) “Importar um DEUCP”;
- c) “Carregar documento” – selecionar o ficheiro disponibilizado pela Entidade Adjudicante na plataforma utilizada pela Entidade Adjudicante;
- d) Preencher o ficheiro;
- e) No final, selecionar a opção “Imprimir” o documento, em formato PDF, devendo o mesmo ser assinado e enviado junto com os documentos da proposta.

Anexo II

Modelo de declaração a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP

1- ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

2- O declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3- O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (5)]..

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º

Anexo III Modelo de Proposta de Preço

.....(indicar denominação ou firma e sede), depois de ter tomado inteiro conhecimento do objeto e âmbito do Concurso Público, com publicidade internacional, e de todas as condições estabelecidas no respetivo Programa de Concurso e Caderno de Encargos, propõe-se executar todos os trabalhos que constituem o objeto do concurso, de acordo com o seguinte:

Designação	Descrição	Valor (%)
VML – Valor da Margem de Lucro	Percentagem aplicada sobre cada reserva, não podendo exceder o valor de 10%	
VD – Valor do Desconto	Percentagem aplicada sobre a margem de lucro (VML), não podendo ser inferior a 10%	

À quantia supra referida acresce o Imposto sobre o Valor Acrescentado, à taxa legal em vigor.

Mais declara que se submete, em tudo o que respeitar à execução do Contrato, ao que se encontra prescrito na legislação portuguesa em vigor.

... (local),... (data),... assinatura...

Anexo IV Modelos de Caução

MODELO DE GARANTIA BANCÁRIA À PRIMEIRA SOLICITAÇÃO

O Banco, com sede em, matriculado no Conservatória do Registo Comercial de, com o capital social de, presta a favor de, garantia autónoma, à primeira solicitação, no valor de, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor da adjudicação, destinado a garantir o bom e integral cumprimento das obrigações que(Adjudicatário) assumirá no contrato que com ela a LIPOR- Associação de Municípios para a Gestão Sustentável de Resíduos do Grande Porto vai outorgar e que tem por objeto o (indicar a designação do procedimento em causa).

O Banco obriga-se a pagar aquela quantia à primeira solicitação da LIPOR- Associação de Municípios para a Gestão Sustentável de Resíduos do Grande Porto, sem que esta tenha de justificar o pedido e sem que o primeiro possa invocar em seu benefício quaisquer meios de defesa relacionados com o contrato atrás identificado ou com o cumprimento das obrigações que(Adjudicatário) assume com a celebração do respetivo contrato.

O Banco deve pagar aquela quantia no dia seguinte ao do pedido, findo o qual, sem que o pagamento seja realizado, contar-se-ão juros moratórios à taxa mais elevada praticada pelo Banco para as operações ativas, sem prejuízo de execução imediata da dívida assumida por este.

A presente garantia bancária autónoma não pode em qualquer circunstância ser denunciada, mantendo-se em vigor até à sua extinção, nos termos previstos na legislação aplicável (Decreto-lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro).

Data ____ / ____ / ____

Assinatura _____

MODELO DE SEGURO-CAUÇÃO À PRIMEIRA SOLICITAÇÃO

A Companhia de Seguros, com sede em, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de com o capital social de presta a favor da LIPOR- Associação de Municípios para a Gestão Sustentável de Resíduos do Grande Porto e ao abrigo de contrato de seguro – caução celebrado com(tomador do seguro), garantia à primeira solicitação, no valor de, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor da adjudicação, destinada a garantir o bom e integral cumprimento das obrigações que(entidade adjudicatária) assumirá no contrato que com ela a LIPOR- Associação de Municípios para a Gestão Sustentável de Resíduos do Grande Porto vai outorgar e que tem por objeto o (indicar a designação do procedimento em causa).

A Companhia de Seguros obriga-se a pagar aquela quantia nos cinco dias úteis seguintes à primeira solicitação da LIPOR- Associação de Municípios para a Gestão Sustentável de Resíduos do Grande Porto sem que esta tenha de justificar o pedido e sem que a primeira possa invocar em seu benefício quaisquer meios de defesa relacionados com o contrato atrás identificado ou com o cumprimento das obrigações que(entidade adjudicatária) assume com a celebração do respetivo contrato.

A Companhia de Seguros não pode opor à LIPOR- Associação de Municípios para a Gestão Sustentável de Resíduos do Grande Porto quaisquer exceções relativas ao contrato de seguro-caução celebrado entre esta e o tomador do seguro.

A presente garantia, à primeira solicitação, não pode em qualquer circunstância ser revogada ou denunciada, mantendo-se em vigor até à sua extinção ou cancelamento, nos termos previstos na legislação aplicável (Decreto-lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro).

Data ____ / ____ / ____

Assinatura _____

MODELO DE GUIA DE DEPÓSITO BANCÁRIO

Euros _____ €

Vai _____ (nome do Adjudicatário), com sede em _____ (morada), depositar na conta n.º 0941.0006.1772, com o IBAN: PT50.0036.0094.99100061772.28 da Caixa Económica Montepio Geral, quantia de _____ (por algarismos e por extenso), em dinheiro, valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor da adjudicação, destinado a garantir o bom e integral cumprimento das obrigações que assumirá no Contrato e que tem por objeto o _____ (indicar a designação do procedimento em causa), para os efeitos do Artigo 88.º e nos termos dos n.ºs 3 do artigo 90.º do Código dos Contratos Públicos.

Este depósito, sem reservas, fica à ordem da LIPOR- Associação de Municípios para a Gestão Sustentável de Resíduos do Grande Porto, a quem deve ser remetido o respetivo conhecimento.

Data ____ / ____ / ____

Assinatura _____

Anexo V
Modelo de declaração relativa a trabalhadores imigrantes

..... (nome do Concorrente), com sede em, pessoa coletiva n.º, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de, sob o n.º, representado(a) pelos Senhores, e, na qualidade respetivamente de, e, depois de ter tomado inteiro conhecimento do objeto e âmbito do (indicar a designação do procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada cumpre integralmente todas as obrigações decorrentes da lei relativamente a trabalhadores imigrantes contratados.

Data ____ / ____ / ____

Assinatura _____

Anexo VI

Declaração de cumprimento do artigo 419.º-A do CCP

nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento Concurso Público sem publicidade internacional _____, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada se obriga a cumprir os requisitos em termos de legislação laboral estabelecido no artigo 419.º-A do CCP que a seguir se transcreve:

“Artigo 419.º - A

Trabalhadores afetos à concessão

- 1 - Os trabalhadores afetos a concessões cujo prazo seja superior a um ano prestam a sua atividade em regime de contrato de trabalho sem termo.*
- 2 - Os trabalhadores afetos a concessões cujo prazo seja igual ou inferior a um ano podem prestar a sua atividade em regime de contrato de trabalho a termo, desde que por período de tempo não inferior ao prazo da concessão.*
- 3 - O disposto no n.º 1 não se aplica aos trabalhadores com contrato a termo de substituição celebrado nas situações previstas nas alíneas a) a d) do n.º 2 do artigo 140.º do Código do Trabalho.*
- 4 - O disposto nos n.ºs 1 e 2 não se aplica a trabalhadores que executem tarefas ocasionais ou serviços específicos e não duradouros no âmbito da execução da concessão.”*

... (local),... (data),... assinatura...

Anexo VII
Anúncios Diário da República e Jornal Oficial da União Europeia